

APRESENTAÇÃO

As investigações sobre a linguagem articulada, sua estrutura e usos remontam aos primórdios das civilizações. Os diferentes povos e grupos étnicos, não importa o seu grau de desenvolvimento tecnológico, sempre procuraram compreender os fenômenos lingüísticos que os intrigavam. Para nós, os exemplos mais familiares e conhecidos são os fornecidos pela Bíblia. Nela encontramos uma tentativa de explicação para a diversidade de línguas e para o fenômeno de nominação. A primeira é apresentada como um castigo divino: irritado com a pretensão dos homens, Deus os pune confundindo suas línguas e impedindo ou, pelo menos, dificultando sobremaneira a intercomunicação. A segunda, a designação dos seres, é também atribuída à competência divina: tendo criado os céus e a terra, Deus contemplou-os satisfeito e convidou o homem para nomeá-los.

Essa preocupação com a linguagem é bastante natural, afinal ela ocupa um lugar determinante na vida de cada indivíduo e de cada comunidade. Por meio dela pensamos, nos comunicamos, negociamos, arquivamos conhecimento, criamos e destruimos civilizações, nos libertamos de fantasmas e nos acorrentamos a outros. Até nossos sonhos passam por ela. Não é por outro motivo que, para certos grupos étnicos, as crianças são consideradas como seres humanos apenas após o domínio da linguagem articulada.

Essa multiplicidade de usos suscitou, evidentemente, uma série de especulações tanto entre os povos ocidentais quanto entre os orientais. As proposições da gramática greco-latina e da gramática do sânscrito, ambas de séculos atrás, atestam que as investigações sobre a linguagem ocupavam um lugar proeminente naquelas civilizações. Todavia, apenas mais recentemente é que esse filão adquire um estatuto mais científico.

Com efeito, foi no século passado que um conjunto de estudiosos, autodenominados *neogramáticos*, propôs hipóteses e princípios metodológicos explícitos capazes de explicar os fenômenos de mudança lin-

güística Com Saussure, já nas primeiras décadas deste século, surge na Europa o estruturalismo, e a linguística constitui-se, verdadeiramente, como ciência Nos EUA, quase simultaneamente, Bloomfield e Sapir, entre outros, também desenvolvem uma versão estruturalista de estudos linguísticos A década de 1950 vai assistir ao nascimento da escola gerativo-transformacional e às mudanças provocadas por esse novo paradigma

O período compreendido entre as produções estruturalistas e as gerativistas foi ocupado por um grupo de brilhantes estudiosos que se organizaram em uma espécie de entidade denominada Escola Funcional de Praga Os membros dessa associação ocuparam-se principalmente com a fonologia, e produziram análises científicas primorosas Os outros níveis gramaticais, embora sem receber um tratamento tão sistemático e completo, lançaram as bases de uma investigação que seria retomada posteriormente Já naquela época, os integrantes da Escola de Praga concebiam a linguagem articulada como um sistema de comunicação, preocupavam-se com os seus usos e funções, rejeitavam as barreiras intransponíveis entre diacronia e sincronia e preconizavam uma relação dialética entre sistema e uso

Essa concepção de linguagem e as consequências implicadas por ela foram retomadas nas duas últimas décadas, tanto na Europa quanto nas Américas, sob o rótulo de FUNCIONALISMO, denominação que abriga correntes na verdade distintas Halliday,¹ ao considerar as diferenças entre a abordagem funcionalista e a formalista da linguagem, afirma a respeito da primeira

there are many cross currents, with insights borrowed from one to the other, but they are ideologically fairly different and it is often difficult to maintain a dialogue (1985)

Bates, jocosamente, assevera que o funcionalismo é como o protestantismo um grupo de seitas em conflito, que concordam somente na rejeição à autondade do Papa (apud Neves²)

Observações como as apresentadas acima, se, por um lado, corajosamente desnudam o estado atual das abordagens funcionalistas, por outro, poderiam ocultar os aspectos que unem as diversas vertentes abrangidas sob o rótulo *Funcionalismo* Perplexo com os diferentes usos do termo *função* e seus correlatos, sem uma figura central e solitária a quem se possa remeter, um novato poderia erroneamente crer, então,

1 HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

2 NEVES, M. H. A. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

que o único denominador comum entre as correntes funcionalistas seja um traço negativo – a rejeição à autoridade papal

Acreditamos que a metáfora religiosa de Bates descortina apenas parcialmente o quadro geral das correntes funcionalistas. Com efeito, mais do que a rejeição às explicações formalistas, o que une os funcionalistas das diversas tendências é a concepção de linguagem que sustentam e as consequências dela advindas. Consistentemente, desde Praga, os diferentes funcionalistas vão conceber a língua como fenômeno primariamente social, com a função básica de servir à comunicação. Dessa concepção necessariamente deriva a priorização do nível pragmático, a defesa de uma análise que leve em conta a interação entre sistema e uso. A necessidade de incluir na descrição e explicação dos fenômenos linguísticos o componente social, os aspectos do evento de fala, o esmaecimento das rígidas fronteiras entre diacronia/sincronia e entre língua/fala, o papel não-exclusivo a ser atribuído à intuição decorrem coerentemente da maneira como os funcionalistas concebem a natureza da língua.

Despontadas na década de 1970, como dissemos anteriormente, essas abordagens vêm, gradativamente, ganhando mais espaço nas universidades, congressos e cursos. No Brasil são, no entanto, escassas as publicações destinadas a fornecer um panorama mais abrangente das análises funcionalistas desenvolvidas atualmente pelos pesquisadores brasileiros.

Os textos aqui apresentados visam suprir essa lacuna. Eles refletem a produção de pesquisadores de diversas regiões brasileiras e versam sobre temas relevantes para o funcionalismo em linguística: ordem, coesão, informação, o discurso e seu papel, entre outros.

O primeiro artigo desta coletânea, de autoria de Neves, é dedicado a discutir o modelo funcionalista como uma integração da sintaxe e da semântica em uma teoria pragmática mais ampla. A autora mostra que a interdependência entre discurso e gramática é um princípio basilar de diversas abordagens funcionalistas, e detém-se em alguns modelos que exemplificam bem um tratamento da frase não como unidade sintática independente, mas como ato de interação.

Tomando por base o binômio restrições/escolhas, a autora mostra que em qualquer teoria funcionalista da linguagem o termo *competência* tem de ser estendido a fim de se referir não apenas à capacidade que o falante nativo tem de acionar o seu conhecimento linguístico (capacidade de jogar com as restrições), mas também de “proceder a escolhas comunicativamente adequadas”.

Assim, nas abordagens funcionalistas, especificações funcionais são integradas na descrição gramatical. A variação, tanto na sua dimensão temporal quanto na espacial, é igualmente incorporada por essa visão, na medida em que as regras de gramática são concebidas como tendências relativizadas em razão de objetivos comunicativos, e não como regras absolutas com condições rígidas de aplicação.

A base cognitiva da estrutura e do funcionamento da língua é ressaltada no artigo de Votre, que enfatiza a extensão e os desdobramentos do princípio de iconicidade. Situando-se em um paradigma funcional mais específico – o da gramaticalização –, o autor ressalta a importância do princípio de iconicidade na explicação da trajetória do significado e dos processos de deslizamento semântico e metafórico nas línguas humanas, sejam elas línguas orais ou gestuais.

Utilizando alguns exemplos de metáforas em português, o autor mostra que os processos de mudança semântica são marcados, no seu início, pela transparência da relação forma/significado, e que a perda da iconicidade gera, por sua vez, opacidade, aparente arbitrariedade, podendo, assim, levar à “desgramaticalização” de um elemento linguístico. Sustenta, ainda, a hipótese de que os princípios propostos pelo paradigma da gramaticalização são de natureza universal e podem explicar fatos estruturais das línguas orais e das línguas gestuais.

A relação entre fluxo de informação e organização linguística, já acenada no artigo de Neves como um dos principais eixos de integração discurso/gramática, constitui objeto de estudo de diferentes artigos desta coletânea. O trabalho de Braga & Silva, “Discurso e abordagens quantitativas”, recoloca a questão da análise e categorização de fluxo informacional do discurso, referindo-se às diferenças entre uma abordagem cognitiva e uma abordagem textual.

Na primeira parte do artigo, as autoras apresentam a fundamentação teórica dos dois modelos, salientando as dificuldades de aplicação de categorias como *dado* e *novo* à análise de dados de fala. Na segunda parte, mostram a operacionalização do princípio de distribuição de informação na análise de fenômenos variáveis de ordenação de constituintes na oração, e de orações no período. Visto em termos de variável independente, o fluxo informacional revela-se sistematicamente associado à ocorrência de variantes linguísticas, e contribui para a identificação de ordens não marcadas.

O artigo de Berlinck se concentra na correlação, geralmente aceita, entre posição pré-verbal/*status* velho, posição pós-verbal/*status* novo. Pela análise de fontes escritas do português brasileiro e do português europeu, a autora persegue as mudanças em três configurações estruturais com sujeito posposto, ressaltando a possibilidade de ocor-

rência de sujeitos pospostos com *status* velho. A análise criteriosa dos sujeitos pospostos velhos salienta a importância do grau de “dadidade” do sujeito, medido em termos de distância, na distinção entre as três formas de posposição do sujeito.

A extensão das unidades de análise para níveis cada vez maiores dá lugar de destaque à redefinição e categorização de gêneros de discurso. Esse é o foco do artigo de Paredes Silva, que ressalta a necessidade de conjugação de critérios formais e funcionais na classificação de gêneros de discurso. A fim de validar essa proposta, na primeira parte do artigo a autora procede à revisão de diversas abordagens da questão dos gêneros, acentuando suas deficiências e dificuldades de aplicação.

A distinção entre três níveis de classificação (as estruturas discursivas, as unidades comunicativas e o nível da função/propósito) permite à autora propor uma tipologia mais generalizante e alcançar uma categorização integrada dos gêneros de discurso, uma categorização que possibilita a identificação dos “exemplares prototípicos” e das superposições entre gêneros.

A ordem dos constituintes é considerada por Pezatti & Camacho e por Paiva. Os primeiros investigam a posição do Sujeito (S) no português do Brasil e defendem a existência de dois padrões de ordenação igualmente relevantes: um em que o sujeito ocorre após o verbo (P1-V-S-O) e outro em que o sujeito aparece antes do verbo (P1-S-V-O). Da primeira, ordem que é a primitiva do português, teria derivado a segunda. Mostram os autores que a opção por um ou outro desses padrões é significativa e que se explica por princípios pragmáticos mutuamente atuantes, muitas vezes em competição. Vale lembrar, por fim, que a explanação multifuncional para os fenômenos de ordenação se vê enriquecida pela discussão sobre a classificação tipológica do português brasileiro.

Paiva analisa a posição dos sintagmas preposicionais (SPreps) e das orações (Os) que codificam causa segundo a distribuição da informação. Procede a uma dupla abordagem: uma atomística, em que considera o *status* informacional dos SPreps e das Os desvinculados dos segmentos que codificam consequência: e outra, não-atomística, em que investiga o mesmo *status* informacional, dessa vez levando em consideração a inter-relação entre SPreps ou Os e o segmento que codifica consequência. As diferenças entre SPreps e Os, observadas por ocasião da análise atomística, se desfazem na segunda abordagem. Paiva mostra que, quando transmitem informação já mencionada, tanto os SPreps quanto as Os tendem a vir antepostos ao segmento consequência, dessa forma preservando a coesão discursiva e o princípio de que a informação velha deve preceder a nova.

Dutra também focaliza o fluxo informacional ao investigar o discurso direto e as onomatopéias não-lexicais – isto é, a reprodução de ruí-

dos de vários tipos – na fala cotidiana. Mostra que o discurso direto, em oposição ao indireto, visa tornar o discurso mais real, imitar, reproduzir a realidade, promover maior envolvimento, codificar aspectos expressivos da língua, entre outras características. Com relação às onomatopéias, considera inicialmente seu uso nos quadrinhos, fora e dentro do balão, e as diferenças estruturais e funcionais associadas ao lugar em que aparecem. O cotejo entre o discurso direto e as onomatopéias utilizadas na fala cotidiana, por sua vez, revela semelhanças gramaticais e funcionais além de exibirem as mesmas restrições gramaticais e serem usadas para emprestar um tom “realístico”, fatural aos relatos, funcionam como estratégias discursivas responsáveis pela manutenção do fluxo informativo entre sequências não contiguas no discurso.

Mollica analisa as anáforas em relativas no português do Brasil e mostra como elas constituem estratégia de ênfase no sistema da língua. Sustenta que a ocorrência das anáforas se correlaciona primordialmente com variáveis semânticas e com a distância entre o relativizador e o SN antecedente. As anáforas tendem a ser usadas quando os SNs antecedentes exibem os traços [+humano], [-especificado] e [+coletivo], e quando há elementos intervenientes entre o SN antecedente e o relativizador. As correlações estatísticas observadas permitem afirmar que as anáforas exibem um papel discursivo-pragmático relevante: o de referencializar, singularizar entidades indefinidas, e, ainda, facilitar o processamento sintático no nível da sentença.

O último artigo é o de Scherre, que questiona a relevância de explicações funcionalistas para a compreensão da concordância de número nos SNs. As variáveis já mencionadas – *status* informacional, posição tópica – e também o caráter resumitivo do SN não se revelaram pertinentes para a explicação da ocorrência do morfema de plural no SN. Ao estudar a realização não-categorica da marca de número em SNs, Scherre salienta que o princípio da economia, repetidas vezes invocado como explicação para o cancelamento de marcas redundantes de plural, não se sustenta. Defende que a instanciação do morfema de plural se explica, principalmente, pela *configuração sintagmática do SN* – variável que combina posição, classe de palavra e relação entre as classes – pela coesão interna entre os elementos que compõem o SN e pelo princípio do processamento paralelo, no caso, a pluralidade do contexto.

Mana Helena Moura Neves
Mana Luiza Braga
Mana Conceição Paiva